

Brasília luta para atrair mais empresas

por Raul Pilati
de Brasília
(Continuação da página A-1)

de até 70% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas que se instalem na capital. Já foram cadastradas 60 consultas de empresas interessadas, incluindo chinesas, americanas e canadenses.

"No ano passado éramos a pior unidade em termos de incentivos fiscais, mas agora estamos em pé de igualdade com os mais ousados", garante o secretário de Indústria e Comércio, Tom Rebello, que considera "conservadora" a estimativa de investimentos de US\$ 1 bilhão.

A amplitude do projeto é muito maior que simplesmente dar desconto nos impostos. "Brasília tem todas as vantagens que as boas cidades do Brasil têm para atrair investimentos: acesso rodoviário e ferroviário, ótima infraestrutura — água, esgoto, energia, comunicações de qualidade —, aeroporto internacional, trânsito sem problemas e mão-de-obra quali-

ficada", observa Rebello, lembrando ainda que o DF tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) do país. "Mas têm outras vantagens que fazem a diferença: localização privilegiada em relação ao Brasil e a América do Sul, proximidade com o poder central e, com destaque, terras disponíveis", complementa.

Rebello diz que o governo do GDF é proprietário de grandes extensões de terras em torno do Plano Piloto de Brasília. "O terreno representa, em geral, entre 15% e 20% do custo do projeto", comenta o secretário. O governo local considera que está é a principal participação nos novos empreendimentos. "Nos outros Estados, onde você encontra terra assim, ao lado do centro de consumo e dos acessos para transporte?", pergunta.

O Plano de Desenvolvimento permite que o governador Cristovam Buarque (PT) conceda a área por 30 anos, renováveis por mais 30. "Se as metas do projeto forem cumpridas, a renovação é automática", destaca o secretário. A empre-

sa ganha, ainda, isenção do Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI) e pode ficar isenta do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) por até dez anos.

Além disso, o GDF pode conceder um crédito de 70% do ICMS, que começam a ser pagos depois de 12 anos de carência.

"E sem correção monetária, desde que a inflação no ano não supere 25%", conta Rebello. "A empresa pode ganhar o terreno, ficar isento do ITBI, IPTU e pagar só 30% do ICMS", sintetiza o secretário.

Mas os benefícios não serão concedidos indiscriminadamente a todos que se candidatarem. "Se quiserem instalar uma empresa de mineração aqui, não vamos dificultar, mas não é nosso objetivo", esclarece Rebello. A meta é transformar Brasília em uma "tecnópolis", ou uma cidade com altíssima concentração de empresas de tecnologia de ponta.

Pode parecer ambicioso, mas Rebello demonstra confiança. Foi escolhido uma área entre o Lago Norte e a cidade satélite de Sobradinho para abrigar a Zona Especial de Industrialização de alta Tecnologia de Brasília (ZAT-1), que é "o maior terreno de expansão industrial no País para implantação de um parque tecnológico".

Para quem dúvida, ele relata que já tem cadastradas mais de 60 consultas de empresas interessadas em se instalar na ZAT-1, incluindo

multinacionais. Entre elas, uma das maiores fabricantes de computadores dos Estados Unidos, que já visitou o local e, segundo informações extra-oficiais, o projeto foi aprovado pela diretoria em dezembro.

Não bastassem as consultas, o GDF está correndo atrás dos investidores do setor de informática. Está tentando atrair uma nova unidade da IBM cujo investimento é pre-

**IBM pode
investir R\$ 700
milhões para
instalação de
uma unidade
no estado**

visto em R\$ 700 milhões. E Rebello já tem agendado um encontro com uma das principais empresas de softwares do planeta.

Ele cita dois estoques de mão-de-obra qualificada: a Universidade de Brasília, que é um centro de excelência em várias áreas, e os funcionários públicos. "Está cheio de gente com doutorado e mestrado querendo sair do governo", observa.

O Plano complementa-se com o desenvolvimento de atividades de grande absorção de mão-de-obra para reduzir o desemprego. E a opção foi pelo turismo, uma indústria em crescimento no mundo e não poluidora. Foi criado o Projeto Orla, para aproveitar melhor a beira do Lago Paranoá. Dos investimentos confirmados no ano passado, o maior, de R\$ 150 milhões, é a construção de um complexo com área para quatro hotéis, restaurantes, comércio, pavilhão para bienal, no chamado Pólo 3 do Projeto Orla. Outros seis pólos devem ser licitados até o final de 1998.